diretamente à Assessoria Jurídico Institucional, a quem competirá assessorar o Defensor Público-Geral nas matérias afetas ao controle da constitucionalidade, especialmente:

I – assessorar o Defensor Público Geral na elaboração das ações de controle da constitucionalidade, bem como no acompanhamento do processo, com a interposição dos recursos cabíveis;

II – elaborar e emitir parecer sobre o controle da constitucionalidade, como forma de orientar a atuação da Defensoria Pública Geral;

III – elaborar recomendações, visando ao autocontrole da constitucionalidade, a serem endereçadas pela Defensoria Pública Geral aos Poderes Públicos estaduais e municipais;

IV – requisitar leis estaduais, leis orgânicas e outros atos normativos, bem como certidões sobre a respectiva vigência, para a instauração de procedimento administrativo e tomadas das medidas cabíveis, nas hipóteses de identificação de inconstitucionalidade;

Art. 3º Fica assegurado ao representante o direito de informação quanto à providências finais do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplicado Único. A comunicação de que trata o caput será feita preferencialmente por meio eletrônico e na impossibilidade por meio de correspondência.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.
Belo Horizonte, 27 de julho de 2015.
Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública Geral

03 728301 - 1
ATOS DA DEFENSORA PÚBLICA – GERAL
<p>CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, nos termos do art.9º, inciso XXI da Lei Complementar nº65/03, observando o disposto na Lei 18.879/2010, por 180 dia, (s) defensora(s) pública (s):</p> <p>ATO Nº 384/2015</p> <p>0505, Cecília Madureira Batista Cruz, a partir de 15/07/2015.</p> <p>ATO Nº 385/2015</p> <p>0717, Thaísam Amaral Braga Faleiros, a partir de 10/07/2015.</p>
<p>CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos do art.9º, inciso XXI, da Lei Complementar nº65, de 16/01/2003, por oito dias, ao(s) defensor (es) público (s):</p> <p>ATO Nº 386/2015</p> <p>0616, Marina Gomes de Carvalho Pinto, a partir de 19/07/2015.</p>
03 728293 - 1
EXTRATO – RESOLUÇÃO 097/2015 – PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – SÃO JOÃO NEPOMUCENO
A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, no uso de atribuição prevista no artigo 9º, inciso XII e no artigo 132, ambos da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003, e no artigo 7º da Deliberação nº 006/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e considerando o teor da Resolução 67/2015; RESOLVE: Art. 1º - Homologar a classificação final do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS, para o preenchimento de cadastro reserva no programa de Estágio não Obrigatório Direto, na área de Direito, realizado na Comarca de São João Nepomuceno na forma do Anexo desta resolução. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo também ser visualizada no site www.defensoria.mg.gov.br, na aba serviços/estágio e serviço voluntário. Assina: Christiane Neves Procópio Malard. Defensora Pública-Geral. Belo Horizonte, 03 de agosto de 2015.
03 728239 - 1

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Onofre Alves Batista Júnior

Expediente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Cabe recurso ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais das decisões prolatadas pelo CAP, nos termos do artigo 46 e segs. do Decreto 46, de 28 de Dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração de Pessoal.

DELIBERAÇÃO Nº 26.643/CAP/15

Iracema Madalena Batista – Pensionista de servidor do DER – Conselheira Jussara Kele Araújo Valadares. Julgamento 23.07.15.
Ilegitimidade ativa – Ausência de pressuposto de processual de admissibilidade recursal – Não conhecimento.

Nos termos do art. 2º do Decreto nº 46.120/2012, “incumbe ao CAP acolher, analisar e decidir reclamações e pleitos dos servidores, em atividade e inativos, das Secretarias de Estado, das autarquias e das fundações públicas, em relação a atos que afetem seus direitos funcionais...”. Assim, o recurso interposto pela recorrente não poderá ser conhecido em virtude de ausência bílica pressuposto de admissibilidade, haja vista que falta a Recorrente a condição de servidora pública em inatividade do Poder Executivo.

DELIBERAÇÃO Nº 26.644/CAP/15

Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes – Masp. 272.649-5 – Conselheira Brígida Maria Colares. Julgamento 23/07/2015.
Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.645/CAP/15

Patrícia Albano Maurício da Rocha – Masp.1.035.616-0 – Conselheira Fabíola de Souza Elias. Julgamento 23/07/2015.
Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.646/CAP/15

Giovanni José Caixeta – Masp. 667.126-7 – Conselheira Patrícia Mara Gobbo de Oliveira. Julgamento 23/07/2015.

Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.647/CAP/15

Cláudia Beatriz Machado Monteiro Lima Nicácio – Masp. 667.126-7 Conselheira Patrícia Mara Gobbo de Oliveira. Julgamento 23/07/2015.
Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.648/CAP/15

Mônica Barros de Lima Stalng – Masp. 1.035.462-9 – Conselheira Patrícia Mara Gobbo de Oliveira. Julgamento 23/07/2015.

Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.649/CAP/15

Maria do Rosário Pinheiro de Carvalho Melo – Masp. 1.035.462-9 – Conselheira Nancy de Oliveira Ferraz Chaves. Julgamento 23/07/2015.

Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.650/CAP/15
JOSÉ DI GRISÓLIA – Masp. 1.035.454-6 – Conselheira Pires de Oliveira Ferraz Chaves. Julgamento 23/07/2015.

Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

DELIBERAÇÃO Nº 26.651/CAP/15

Rafael Guimarães Pedreira – Masp.1.136.038-5 – Conselheira Fabíola de Souza Elias. Julgamento 20.11.2014.

Avaliação de Desempenho Individual – Recontagem de tempo de efetivo exercício – Vedação – Aplicação do § 4º do art. 11 do Decreto Nº 44.559/2007 – Meritocracia – Não provimento.

O tempo de afastamento, licença ou ausência do cargo não pode ser computado para fins de avaliação de desempenho individual, pois nesse período o servidor não está no efetivo exercício do cargo no qual deve ser avaliado.

Diante da nova gestão do Estado, ligada à meritocracia, da alteração da Carta Maior do Estado, por meio da EC nº 49/2001, e do surgimento da LC nº 71/2003 e do Decreto Estadual nº 44.559/2007, a hermenêutica do caso em voga é a que abarca a interpretação teleológica, ou seja, a que vincula à intenção do legislador. O § 4º do art. 11 do Decreto Estadual nº 44.559/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 71/2003, reforça a tese da meritocracia ao tratar o efetivo exercício, para fins de avaliação de desempenho, por tempo efetivamente prestado, excluindo tempo ficto, previsto na Lei nº 869/52.

V.v. – O Decreto nº 44.559/07, ao dispor, no § 4º, do art. 11 que “não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos, as faltas, as licenças, as férias regulamentares, as férias-prêmio ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou função exercida”, extrapolou seu poder regulamentar e afrontou direitos previstos na Constituição da República/88, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei 869/1952 e Lei 14.693/2003.

DELIBERAÇÃO Nº 26.652/CAP/15

Fernando Ferreira de Almeida – Masp.1.173.515-6 – Conselheira Carolina Monteiro. Julgamento 20.11.2014.

Avaliação de Desempenho Individual – Recontagem de tempo de efetivo exercício – Vedação – Aplicação do § 4º do art. 11 do Decreto Nº 44.559/2007 – Meritocracia – Não provimento.

Avaliação de Desempenho O tempo de afastamento, licença ou ausência do cargo não pode ser computado para fins de avaliação de desempenho individual, pois nesse período o servidor não está no efetivo exercício do cargo no qual deve ser avaliado.

Diante da nova gestão do Estado, ligada à meritocracia, da alteração da Carta Maior do Estado, por meio da EC nº 49/2001, e do surgimento da LC nº 71/2003 e do Decreto Estadual nº 44.559/2007, a hermenêutica do caso em voga é a que abarca a interpretação teleológica, ou seja, a que vincula à intenção do legislador. O § 4º do art. 11 do Decreto Estadual nº 44.559/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 71/2003, reforça a tese da meritocracia ao tratar o efetivo exercício, para fins de avaliação de desempenho, por tempo efetivamente prestado, excluindo tempo ficto, previsto na Lei nº 869/52.

V.v. – O Decreto nº 44.559/07, ao dispor, no § 4º, do art. 11 que “não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos, as faltas, as licenças, as férias regulamentares, as férias-prêmio ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou função exercida”, extrapolou seu poder regulamentar e afrontou direitos previstos na Constituição da República/88, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei 869/1952 e Lei 14.693/2003.

DELIBERAÇÃO Nº 26.653/CAP/15

Viviane Barbosa de Sousa – Masp. 1.173.647-7 – Conselheira Fabíola de Souza Elias. Julgamento 20.11.2014.

Avaliação de Desempenho Individual – Recontagem de tempo de efetivo exercício – Vedação – Aplicação do § 4º do art. 11 do Decreto Nº 44.559/2007 – Meritocracia – Não provimento.

O tempo de afastamento, licença ou ausência do cargo não pode ser computado para fins de avaliação de desempenho individual, pois nesse período o servidor não está no efetivo exercício do cargo no qual deve ser avaliado.

Diante da nova gestão do Estado, ligada à meritocracia, da alteração da Carta Maior do Estado, por meio da EC nº 49/2001, e do surgimento da LC nº 71/2003 e do Decreto Estadual nº 44.559/2007, a hermenêutica do caso em voga é a que abarca a interpretação teleológica, ou seja, a que vincula à intenção do legislador. O § 4º do art. 11 do Decreto Estadual nº 44.559/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 71/2003, reforça a tese da meritocracia ao tratar o efetivo exercício, para fins de avaliação de desempenho, por tempo efetivamente prestado, excluindo tempo ficto, previsto na Lei nº 869/52.

V.v. – O Decreto nº 44.559/07, ao dispor, no § 4º, do art. 11 que “não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos, as faltas, as licenças, as férias regulamentares, as férias-prêmio ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou função exercida”, extrapolou seu poder regulamentar e afrontou direitos previstos na Constituição da República/88, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei 869/1952 e Lei 14.693/2003.

DELIBERAÇÃO Nº 26.654/CAP/15

Maria Fabiana Ribeiro de Oliveira Jorge – Masp. 1.173.757-4 – Conselheira Fabíola de Souza Elias. Julgamento 20.11.2014.

Avaliação de Desempenho Individual – Recontagem de tempo de efetivo exercício – Vedação – Aplicação do § 4º do art. 11 do Decreto Nº 44.559/2007 – Meritocracia – Não provimento.

O tempo de afastamento, licença ou ausência do cargo não pode ser computado para fins de avaliação de desempenho individual, pois nesse período o servidor não está no efetivo exercício do cargo no qual deve ser avaliado.

Diante da nova gestão do Estado, ligada à meritocracia, da alteração da Carta Maior do Estado, por meio da EC nº 49/2001, e do surgimento da LC nº 71/2003 e do Decreto Estadual nº 44.559/2007, a hermenêutica do caso em voga é a que abarca a interpretação teleológica, ou seja, a que vincula à intenção do legislador. O § 4º do art. 11 do Decreto Estadual nº 44.559/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 71/2003, reforça a tese da meritocracia ao tratar o efetivo exercício, para fins de avaliação de desempenho, por tempo efetivamente prestado, excluindo tempo ficto, previsto na Lei nº 869/52.

V.v. – O Decreto nº 44.559/07, ao dispor, no § 4º, do art. 11 que “não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos, as faltas, as licenças, as férias regulamentares, as férias-prêmio ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou função exercida”, extrapolou seu poder regulamentar e afrontou direitos previstos na Constituição da República/88, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei 869/1952 e Lei 14.693/2003.

DELIBERAÇÃO Nº 26.655/CAP/15

Marilene Bremer Correia – Masp.1.173.759-0 – Conselheira Fabíola de Souza Elias. Julgamento 20.11.2014.

Avaliação de Desempenho Individual – Recontagem de tempo de efetivo exercício – Vedação – Aplicação do § 4º do art. 11 do Decreto Nº 44.559/2007 – Meritocracia – Não provimento.

O tempo de afastamento, licença ou ausência do cargo não pode ser computado para fins de avaliação de desempenho individual, pois nesse período o servidor não está no efetivo exercício do cargo no qual deve ser avaliado.

Diante da nova gestão do Estado, ligada à meritocracia, da alteração da Carta Maior do Estado, por meio da EC nº 49/2001, e do surgimento da LC nº 71/2003 e do Decreto Estadual nº 44.559/2007, a hermenêutica do caso em voga é a que abarca a interpretação teleológica, ou seja, a que vincula à intenção do legislador. O § 4º do art. 11 do Decreto Estadual nº 44.559/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 71/2003, reforça a tese da meritocracia ao tratar o efetivo exercício, para fins de avaliação de desempenho, por tempo efetivamente prestado, excluindo tempo ficto, previsto na Lei nº 869/52.

V.v. – O Decreto nº 44.559/07, ao dispor, no § 4º, do art. 11 que “não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos, as faltas, as licenças, as férias regulamentares, as férias-prêmio ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou função exercida”, extrapolou seu poder regulamentar e afrontou direitos previstos na Constituição da República/88, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei 869/1952 e Lei 14.693/2003.

DELIBERAÇÃO Nº 26.656/CAP/15

Narciso Elias Ferreira Costa – Masp. 1.173.765-7 – Conselheira Fabíola de Souza Elias. Julgamento 20.11.2014.

Avaliação de Desempenho Individual – Recontagem de tempo de efetivo exercício – Vedação – Aplicação do § 4º do art. 11 do Decreto Nº 44.559/2007 – Meritocracia – Não provimento.

O tempo de afastamento, licença ou ausência do cargo não pode ser computado para fins de avaliação de desempenho individual, pois nesse período o servidor não está no efetivo exercício do cargo no qual deve ser avaliado.

Diante da nova gestão do Estado, ligada à meritocracia, da alteração da Carta Maior do Estado, por meio da EC nº 49/2001, e do surgimento da LC nº 71/2003 e do Decreto Estadual nº 44.559/2007, a hermenêutica do caso em voga é a que abarca a interpretação teleológica, ou seja, a que vincula à intenção do legislador. O § 4º do art. 11 do Decreto Estadual nº 44.559/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 71/2003, reforça a tese da meritocracia ao tratar o efetivo exercício, para fins de avaliação de desempenho, por tempo efetivamente prestado, excluindo tempo ficto, previsto na Lei nº 869/52.

V.v. – O Decreto nº 44.559/07, ao dispor, no § 4º, do art. 11 que “não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos, as faltas, as licenças, as férias regulamentares, as férias-prêmio ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou função exercida”, extrapolou seu poder regulamentar e afrontou direitos previstos na Constituição da República/88, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei 869/1952 e Lei 14.693/2003.

DELIBERAÇÃO Nº 26.657/CAP/15

Marilene Cardoso Gontijo – Masp. 349.632-0 – Conselheira Solange Irene Henriques de Melo. Julgamento 23/07/2015.

Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (GIPED) – Base de cálculo para pagamento de quinquênios adquiridos antes da EC 19/98 – Inadmissibilidade – Não provimento.

Impõe-se o indeferimento do pedido formulado pelo servidor, uma vez que a GIPED foi instituída após a EC nº19/98 da Constituição da República, diante da vedação expressa constante no inciso XIV, do art. 37 da C.F., norma de eficácia plena, que impede que acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público possam ser computados para fins de acréscimos ulteriores.

Súmula da milésima octingentésima sexagésima quinta reunião ordinária realizada no 30 de julho de 2015, presidida pela Senhora Flávia Caldeira Briant Ribeiro de Figueiredo e Secretariada pela Sra. Lucilene Custódia Soares. Presentes os Conselheiros Patrícia Mara Gobbo de Oliveira, Janice Pessoa Pires Martins, Solange Irene Henrique de Melo, Brígida Maria Colares e Jussara Kele Araújo Valadares. LJerônimo Rodrigues Coelho-Negaram provimento, maioria de votos.2.Anselmo Lima de Sousa-Negaram provimento, maioria de votos.3.Alexsandro da Silva Eliote-Negaram provimento, maioria de votos.4.Wesley Resende Pinto-Negaram provimento, maioria de votos.5.Luciana Lopes Coelho-Negaram provimento, maioria de votos.6.Luemara Cristina Machado de Piazza-Negaram provimento, maioria de votos.7.Juliana Gomide Souza-Vista à Conselheira Jussara Kele.8.Cleiramin Torres de Souza-Vista à Conselheira Patrícia Gobbo.9.Suzana dos Anjos Pereira-Vista à Conselheira Solange Irene.10.Maria Luiza de Aguiar Marques-Negaram provimento.11.Maria Jádive Alves Pacheco-Negaram provimento.12.Maria das Graças Duarte de Lemos-Negaram provimento.

Pauta para a milésima octingentésima sexagésima sexta reunião ordinária a realizar-se às 14.00, do dia 06 de agosto de 2015, sala de reunião do 12º andar, da sede da Advocacia Geral do Estado, localizada na Rua Espírito Santo nº 495.1.Processo 1768401080.2-Nilva Fernandes de Matos-Conselheira Jussara Kele.2.Processo 208561080.8-Elves Fabiano Gomes de Almeida-Conselheira Nancy Ferraz.3.Processo 545231080.8-Bruno Santos-Conselheira Nancy Ferraz.4.Processo 1304811080.1-Thomas Eric Diniz Kentish-Conselheira Brígida Colares.

03 728308 - 1
Atos assinados pelo Senhor Advogado-Geral do Estado, em 3 de agosto de 2015.
EXONERAÇÃO
exonera nos termos do artigo 106, alínea “a”, da Lei nº 869 de 5 de julho de 1952, JULIANA CAMPOS HORTA DE ANDRADE, MASP 348.675-0, do cargo de provimento efetivo de PROCURADOR DO ESTADO, Nível IV, Grau C, da Advocacia-Geral do Estado, a partir de 3 de agosto de 2015.
03 727987 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel PM Marco Antônio Badaró Bianchini

Expediente

Ato assinado pelo Senhor Coronel PM Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais:

03 728270 - 1
Promovendo e transferindo, - de conformidade com o art. 220, da Lei n. 5.301/69, com as alterações da Lei Complementar n. 109, de 23Dez2009, promove a graduação de Subten PM, o n. 083.511-6, 1 SGT QPPM Geraldo Fernando Teixeira, do 9º BPM, a partir de 11/09/14, e nos termos do art. 136, §1º, c/c art. 159, § 2º, inciso II, ambos da Lei n. 5.301/69, com as alterações da Lei Complementar n. 109, de 23Dez2009, transfere para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada a partir de 12/09/14, com os proventos integrais de sua graduação, de acordo com o art. 2º, da Lei Delegada n. 37/89, c/c o art. 1º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Delegada n. 43/2001, art. 31, § 4º, art. 39, § 11, art. 112, 117 e 122 (ADCT), todos da Constituição Estadual/89, alterada pelas Emendas à Constituição n. 57/2003 e n. 59/2003. Fez jus ao adicional trintenário em 22/05/12.
03 728270 - 1

Instituto de Previdência dos Servidores Militares

Diretor-Geral: Cel PM QOR Marcio dos Santos Cassavari

Exoneração de Cargo Efetivo a Pedido
O Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), no uso das atribuições legais, exonera a pedido, Larissa Expedita Souza Macedo, Matrícula nº 700.089-8, do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico de Segurança Social, Nível I, Grau A, a partir de 02 de Julho de 2015.
Belo Horizonte, 02 de julho de 2015.
(a) Mateiro dos Santos Cassavari, CEL PM QOR
Diretor-Geral

03 727970 - 1
<p>Exoneração de Cargo Efetivo a Pedido</p> <p>O Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), no uso das atribuições legais, exonera a pedido, Larissa Expedita Souza Macedo, Matrícula nº 700.089-8, do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico de Segurança Social, Nível I, Grau A, a partir de 02 de Julho de 2015.</p> <p>Belo Horizonte, 02 de julho de 2015.</p> <p>(a) Mateiro dos Santos Cassavari, CEL PM QOR</p> <p>Diretor-Geral</p>
03 727970 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

03 727970 - 1
<p>Exoneração de Cargo Efetivo a Pedido</p> <p>O Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), no uso das atribuições legais, exonera a pedido, Larissa Expedita Souza Macedo, Matrícula nº 700.089-8, do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico de Segurança Social, Nível I, Grau A, a partir de 02 de Julho de 2015.</p> <p>Belo Horizonte, 02 de julho de 2015.</p> <p>(a) Mateiro dos Santos Cassavari, CEL PM QOR</p> <p>Diretor-Geral</p>
03 727970 - 1

Edital de Notificação
O Presidente da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo, Delegado de Polícia Félix Magno Von Dollinger, designado pela Portaria nº 83/CGPC/2014, do senhor Corregedor-Geral de Polícia Civil, publicada no “Minas Gerais” do dia 03/07/2014, bem como pela Resolução nº. 7721, publicada em 22/06/2015, em cumprimento ao dispositivo do artigo 180, § 2º, da Lei 5.406/69, Convoca e Notifica pelo presente Edital o servidor Alexandre Urbano Rodrigues Pessoa, ocupante do cargo de Investigador de Polícia II, nível I, MASP 1.242.277-0, para comparecer perante a Comissão, instalada na Corregedoria-Geral de Polícia Civil, (Rua Rio de Janeiro, nº 471, 13º andar- Centro- Belo Horizonte/MG.), no horário de expediente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da última publicação deste, para ser interrogado e se ver processor, bem como acompanhar, pessoalmente ou por procurador, todo o desenvolvimento do Processo Administrativo nº 186.523/14, que lhe é movido, por ter, em tese, cometido as infrações previstas nos artigos 144, III c/c 149 e 150, IV, VIII, XXIV e XXXIII da Lei 5.406/69, na forma prevista pelos artigos 151, III c/c 152, § 2º, I, II e III do mesmo diploma legal, além de caracterizar, em tese, procedimento irregular previsto nos artigos 158, II e 159, IX, da Lei 5.406/69, podendo ensejar a pena de demissão, conforme estabelecido no artigo 154, IV, da Lei 5.406/69 c/c o artigo 116, parágrafo único da Lei Complementar nº. 129/2013. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze. Eu, Helbert Castanhiera Vieira, Secretário da Comissão que o digitei.
Félix Magno Von Dollinger
Delegado de Polícia - Nível Especial
Presidente da Comissão
Belo Horizonte, 29 de julho de 2015.
Edson Serafim Camargos
Corregedor-Geral de Polícia Civil

Portaria n.º 167/CGPC/2015
O Corregedor-Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, no exercício de suas funções, e Considerando o que contém o inciso III do art. 33, da Lei Complementar nº 129/13;
Considerando que o Processo Administrativo nº 206.166/2014, instaurado pela Portaria nº 086/CGPC/2014, datada de 26/03/14, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 27/03/14, ainda se encontra em fase de instrução;
Considerando, finalmente, os motivos apontados nos autos;
Resolve:
I – Designar o Dr. Félix Magno Von Dollinger, Delegado de Polícia, Nível Especial, MASP 1.111.364 – 4, servidor estável e em exercício na

TERÇA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 2015 – 31

Corregedoria-Geral de Polícia Civil, para substituir a Drª. Águeda Bueno do Nascimento, Delegada de Polícia, Nível Especial, MASP 884.008 – 4, como Presidente da Comissão Especial Processante, instituída pela Portaria nº 086/CGPC/2014, datada de 26/03/14, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 27/03/14, que determinou a instauração do Processo Administrativo em desfavor do acusado, A.B.B., Delegado de Polícia Substituto, MASP 1.237.162 – 1.
Registre-se, publique-se e cumpra